

## O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO

**Sueli Araújo<sup>1</sup>, Giselle de Nicolae<sup>2</sup>, Sueli Neves dos Santos, Eliana Amorim<sup>3</sup>**

- 1- Rua Raul Estéfano, 184 – Morada do Sol-12237-590-São José dos Campos-SP.  
E mail: [sularujo2002@hotmail.com](mailto:sularujo2002@hotmail.com)
- 2- Rua Nicolau Martins Granato, 46 –Crispim- Pindamonhangaba-SP.  
E mail: [gisellenicolae@uol.com.br](mailto:gisellenicolae@uol.com.br)
- 3- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas-FCSA, Universidade do Vale do Paraíba  
Av. Shishima Hifumi, 2911 – 12240-000-São José dos Campos-SP.  
E mail: [elilais@direcnet.com.br](mailto:elilais@direcnet.com.br)

**Palavras-chave:** Sociologia do Trabalho, Racismo  
**Área do Conhecimento:** VI – Ciências Sociais Aplicadas.

### RESUMO

Considerando que dificilmente se encontra um negro em cargos de chefia, desempenhando funções de caráter diretivo ou decisório, foi formulado o presente projeto de pesquisa, onde se verificou, através de pesquisa bibliográfica, que a discriminação e exploração do negro no Brasil fazem parte de um processo histórico, agravado com o advento do capitalismo e o emprego de modernas tecnologias. A máquina substitui o homem, precarizando as condições de trabalho. Houve uma pequena evolução na participação do negro nas áreas elitizadas, o que não deixa de ser uma conquista, entretanto ainda há muita resistência por parte das empresas em tratar sobre o assunto. E em virtude das dificuldades encontradas para a finalização do projeto inicialmente proposto, foram formuladas algumas questões para futuros projetos de pesquisa.

**OBJETIVO GERAL:** Verificar a quantidade de negros nas áreas profissionais, observando sua participação em cargos de chefia e funções diretivas e decisórias de empresas de grande porte (mais de 1000 funcionários), no município de São José dos Campos, no período compreendido entre 1997 e 2002.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** a) verificar qual a relação entre o grau de escolaridade e a ocupação de cargos de chefia; e b) verificar se há diferença de tratamento com relação à problemática do negro no mercado de trabalho, nos diferentes segmentos de atuação pesquisados.

**JUSTIFICATIVA:** O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo. Contudo, analisando o mercado de trabalho percebe-se que a quantidade de negros em setores “elitizados” é muito baixa, verificando-se uma dificuldade de inserção do negro e sua ascensão em áreas do mercado de trabalho de maior status social. Este fato é bastante sério e gera graves

problemas, demonstrando a presença de vários fatores que impedem essa inserção: problemas históricos, educacionais, governamentais, e ainda o racismo presente na sociedade brasileira.

Historicamente, a discriminação e exploração do negro no Brasil colônia mostra-se claramente aos olhos da sociedade brasileira, leigos e estudiosos. A mulher negra era tratada como objeto de prazer, era vista pelos senhores de engenho como prova de virilidade e emancipação sexual de seu filho adolescente, objeto excêntrico de desejos. Para ela, o desejo do seu senhor representava uma forma de ascensão social. A colocação do mulato para exercer funções específicas, face à escassez da mão-de-obra branca, incorporando-se nas casas grandes coloniais, fazia nascer a idéia da democracia racial brasileira. E é dessa forma que ele vai integrar o mundo da casa grande, a serviço da família branca dominante. Associava-se à tez mais clara do mulato, seu processo de

mobilidade social vertical. Esta é a raiz da ideologia do branqueamento, código racial nacional por excelência, base das relações raciais brasileiras. Cria-se e ganha corpo a grande violência racista brasileira: a sociedade pretende que o negro se torne branco. Busca-se, assim, a destruição da identidade do negro.

Com a campanha abolicionista, intensificada a partir do final da Guerra do Paraguai, milhares de negros foram utilizados nas frentes de batalha. Anos mais tarde, o Exército assumiu a defesa da abolição, negando-se a perseguir negros fugidos.

O principal responsável pelo processo de abolição foi o grupo da aristocracia cafeeira paulista, introduzindo o trabalho assalariado via imigrantes. Neste processo, destacam-se os “caifazes” que segundo o historiador Francisco Assis Silva “era o nome dado aos homens que, em São Paulo, formaram um grupo antiescravista e que organizava incursões pelas fazendas para ajudar os negros fugidos e estimular a revolta dos escravos contra os senhores”.

Diante de forte pressão, expressada inclusive pela Inglaterra, o governo imperial decretou algumas leis abolicionistas, quais sejam: Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea.

Mesmo assim, com o negro alcançando a igualdade jurídica com a abolição, mantinha-se não só a desigualdade social entre brancos e negros, mas ainda a antiga ideologia que definia bem a diferença entre os dois, reservando ao negro uma posição de submissão. O preconceito racial continuou a ser exteriorizado de maneira discreta e branda, ou seja, o preconceito de cor existe em várias regiões do Brasil e penetra em maior ou menor grau, em todas as classes sociais, sem contudo associar-se com manifestações ostensivas.

A abolição é relativamente recente e o processo de passagem da condição de escravo para a de cidadão foi feito de maneira errada e sem se pensar o que fazer com o contingente de trabalhadores livres. Da noite para o dia os negros foram declarados livres e após a “comemoração” encontravam-se sem abrigo, trabalho e meios de subsistência. Não se considerou a necessidade de proporcionar-lhes meio de sobrevivência, como posse da terra para sua

fixação. Supondo-os sem direito àquela, dava-se o primeiro passo para sua marginalização e desfavorecimento.

Os negros que viviam na cidade encontravam-se perambulando pelas ruas como mendigos e começaram a habitar cortiços que deram origem às favelas. Os que viviam no campo migraram para as cidades causando uma das grandes manifestações de êxodo rural em nosso país. Durante muito tempo, os negros não conseguiram acesso a profissões ou ocupações, mesmo aquelas das quais foram desalojados, principalmente devido à chegada de emigrantes europeus que passaram a substituir o homem negro primeiramente nas lavouras de café. Os serviços mais modestos, que exigiam especialização mínima, e eram mal remunerados representavam normalmente as oportunidades mais amplas do negro no mercado de trabalho.

Com o advento do capitalismo, o negro, por não possuir qualificação profissional, fica à margem do processo ou é utilizado em serviços pesados nas indústrias. A necessidade de colocação no mercado de trabalho do trabalhador livre inicia-se com o novo meio de produção, que não condiz com o trabalho escravo e não especializado. Ao sistema capitalista faz-se mister a conformação de sua produção à necessidade de lucro. “Quando a procura de ocupações foi maior que a oferta, ou quando esta foi seletiva, os negros e mulatos ficaram em último lugar”.

Essa situação se refletiu tanto no nível econômico dos negros como levou a um processo de marginalização social, uma vez que implicou na acumulação de riquezas e na elevação do nível de vida. O escravo passa de meio de produção para assalariado, porém não participa da elevação social no mesmo nível que os senhores brancos.

A reprodução da deterioração do nível de vida do negro dá-se então a partir daí, sendo ele impedido de exercer plenamente as atividades de trabalhador livre, uma vez que não tem fácil acesso ao mercado de trabalho e à participação política.

Com o escravismo, constituíra-se uma estrutura de privilégios a favor da população branca. Admitir o negro como um cidadão significaria, para esse contingente

dominante, a provável perda de benefícios angariados ao longo da adoção do trabalho escravo. Preconceito e discriminação ganham, então novos significados e espaços de atuação, voltados para a defesa dessa estrutura de privilégios.

As práticas do racismo são diversas e se apresentam de várias formas. Por meio das estatísticas sobre escolaridade, mercado de trabalho, criminalidade, presença nas artes e outros, pode-se perceber o problema na prática.

Tratando-se especificamente do mercado de trabalho, inúmeras são as atitudes racistas que acabam dificultando a inserção do negro em áreas que exigem maior especialização. A exigência de “boa aparência”, o assédio à mulher, a ocupação de cargos inferiores, a remuneração diferenciada do negro em relação ao branco nos mesmos cargos, a violência física (que chega a ocorrer em alguns casos) são exemplos do problema.

Discriminado e marginalizado, a imagem do negro perante a sociedade, com raras exceções, é de desqualificado, incapaz, impondo-se-lhe a restrição no mercado de trabalho. Em posições aquém da merecida, sofre com maior intensidade a situação sócio-econômica intensa do desemprego, marcado pelo estigma de ser preto ou pardo. Através do preconceito, a mão-de-obra negra é direcionada para trabalhos domésticos e pesados. A sua cor é fator determinante, sobrepondo-se a sua competência ou formação.

O proletariado industrial, que executa trabalhos manuais, e “que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo e fordismo, vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital” (Antunes,1999), concretizada principalmente pela introdução de modernas tecnologias eletro-eletrônicas. A máquina vem substituindo o homem, gerando desemprego e provocando o crescimento do trabalho precarizado: são os terceirizados, subcontratados, temporários, parciais, informalizados, etc.

A parcela da população que se manteve ocupada, ou que conquistou nova ocupação, também vê as condições de trabalho se deteriorarem. Contratos de trabalho fora dos marcos legais em expansão, extensas jornadas de trabalho, modificações na legislação trabalhista, entre outros fatores,

aprofundam o caráter heterogêneo do mercado de trabalho nacional. Um reflexo destas mudanças é verificado com a redução da importância do emprego industrial e o aumento, em contrapartida, do emprego doméstico e no setor de serviços, mais flexíveis e menos estruturados.

Aumenta a insegurança no emprego. O que antes era um paradigma de relações de trabalho, o emprego por tempo integral, de longa duração, protegido pela legislação trabalhista e pelos contratos de trabalho acordados pelos sindicatos, passa na década de 90 por uma implacável demolição. Os vínculos vulneráveis vão aumentando sua participação no mercado de trabalho. Crescem o assalariamento sem carteira assinada, o trabalho de autônomos que operam em condições precárias, o emprego doméstico, a ocupação de crianças e idosos. O núcleo protegido dos empregos diminui e aumenta a margem dos vulneráveis.

Para os negros, o quadro é ainda mais grave. As taxas de desemprego são sempre superiores às dos brancos, chegando a mais de oito pontos percentuais e seus salários, muito inferiores, mesmo nas regiões onde a população negra é majoritária. Sua inserção no mercado de trabalho ocorre freqüentemente nas condições mais frágeis e com vínculos cada vez mais precários. Numa escala de rendimentos, os homens brancos, em qualquer região do país encontram-se no topo, seguidos normalmente das mulheres não-negras. Mas as mulheres negras encontram-se em situação menos privilegiada.

Nos setores tidos como “elitizados” (técnicos, científicos e administrativos) a presença do negro é muito reduzida, representando menos da metade do nível geral nacional de 1982, principalmente devido à falta de especialização. A partir de 1987 houve uma pequena evolução na participação do negro nas áreas elitizadas, que mesmo pequena, não deixa de ser uma conquista que deve ser analisada com esperança.

**METODOLOGIA:** Um estudo quantiquantitativo, partindo-se de uma contextualização histórica, conhecida através de pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa de campo junto à Divisão de Recursos Humanos de três empresas representativas de segmentos diferentes de

atuação (aeronáutica, farmacêutica e metalúrgica), pré-selecionadas dentre as cinco maiores empresas do município, usando como instrumento uma entrevista semi-estruturada, composta das seguintes perguntas: 1) Quais os critérios utilizados por esta empresa para a contratação de seus funcionários?; 2) Qual a quantidade de negros trabalhando nesta empresa?; 3) Qual a média de escolaridade desses funcionários negros?; 4) Qual a relação entre o nível de escolaridade e a função desempenhada pelos negros?; 5) Dentre os funcionários negros, quantos ocupam cargos de supervisão, chefia, gerência e diretoria?; 6) Há equivalência salarial quando funcionários brancos e negros ocupam funções semelhantes? 7) A questão racial é considerada por ocasião de uma eventual promoção funcional ou salarial?; 8) O fato de um negro ocupar um cargo diretivo já provocou algum caso de preconceito entre os funcionários?; 9) Como você analisa o fato de um número reduzido de negro integrar o quadro de funcionários em cargos diretivos e decisórios desta empresa?; 10) Qual a política da empresa com relação ao racismo no mercado de trabalho? RESULTADOS: Infelizmente, apesar de todos os esforços envidados, não foi possível realizar a pesquisa de campo. Houve muita resistência por parte das empresas, por demandar pesquisas internas e por outras razões que não foram expostas.

CONCLUSÃO: Os objetivos propostos no presente trabalho não foram atingidos, entretanto, pela resistência das empresas em fornecer as informações, percebe-se que ainda vivemos em uma sociedade onde há muitos melindres em se tratar do tema "racismo".

O Estado, que sem dúvida alguma é o principal ator na construção e implementação de políticas que promovam a igualdade, vem tomando medidas para corrigir séculos de discriminação e exclusão a que foi submetida a raça negra. Na área educacional foi criado o programa de cota de vagas para negros nas universidades públicas. Entretanto, há alguns questionamentos: 1) Quem é negro no Brasil? 2) Cotas para negros - não seria uma outra forma de discriminação? 3) Estaria o mercado de trabalho formal, em constantes modificações, preparado para absorver a mão-de-obra negra qualificada?

BIBLIOGRAFIA: ANTUNES, R., Os sentidos do trabalho (Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho). São Paulo, Editora Boitempo, 1999, BASTIDE, Roger, FERNANDES Florestan. Branco e Negro em São Paulo. São Paulo: Nacional, 1971; CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humana e Sociais. São Paulo: Cortez Editora; FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Dominus, 1965; FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972; HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979; SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez Editora, 22ª. Edição; e <http://www.geocities.com/CollegePark/Lab9844/racismo.htm>. Acesso em 20.05.03.